

Artigo:

**AS 40 HORAS DE ANGICOS/RN: LEITURA DO MUNDO E DA PALAVRA
NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

**The 40 hours of Angicos/RN: Reading the world and the word in the
northeastern semi-arid region**

**Las 40 horas de Angicos/RN: lectura del mundo y de la palabra en el semiárido
nordestino**

Data de recebimento: 12/05/2026

Data de publicação: 30/07/2026

Raamá Garcia Santos Araújo¹

Victor Ramon Soares²

Gleydson Pinheiro Albano³

RESUMO

O presente estudo analisa a experiência das “40 horas de Angicos” com o objetivo de evidenciar a eficácia da proposta de alfabetização desenvolvida por Paulo Freire no contexto do Semiárido Nordeste, ressaltando seu caráter inovador e emancipador. A metodologia adotada fundamenta-se em levantamento bibliográfico acerca do contexto histórico das campanhas de alfabetização no Brasil, especialmente na segunda metade do século XX, bem como na análise de estudos sobre a aplicação da experiência educativa em Angicos/RN. Os resultados indicam que o método freiriano, baseado no diálogo, nos Círculos de Cultura e na valorização do universo vocabular dos educandos, possibilitou não apenas a alfabetização em um curto período, mas também o desenvolvimento da consciência crítica, da participação cidadã e da mobilização social, como evidenciado pela atuação de trabalhadores na defesa de seus direitos. Ademais, verifica-se que a experiência contribuiu para que os sujeitos se reconhecessem como agentes históricos, capazes de compreender e transformar sua realidade. Entretanto, o avanço das iniciativas de alfabetização foram interrompidas pelo contexto político da época, sobretudo com a instauração do regime militar em 1964, que reprimiu e desarticulou projetos de educação popular por considerá-los ameaças à ordem vigente. Ainda assim, o legado dessa experiência permanece atual, reafirmando a educação como prática de liberdade e como instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação Popular; Consciência Crítica.

ABSTRACT

The present work analyzes the experience of the “40 Hours of Angicos” with the objective of evidencing the effectiveness of the literacy proposal developed by Paulo Freire in the context of the Northeastern Semi-Arid region, highlighting its innovative and emancipatory character. The adopted methodology is based on a bibliographic survey about the historical context of literacy campaigns in Brazil, especially in the second half of the twentieth century, as well as on the analysis of studies on the application of popular education in Angicos/RN. The results indicate that the Freirean method, based on dialogue, on Culture Circles, and on the valorization of the learners’ vocabulary universe, made possible not only literacy in a short period, but also the development of critical awareness, citizen participation, and social mobilization, as evidenced by the actions of workers in the defense of their rights. Moreover, it is verified that the experience contributed for the subjects to recognize themselves as historical agents, capable of understanding

1 Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: raama.garcia4@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7473-0564?lang=pt>

2 Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: victorramons430@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7406-9889>

3 Professor do departamento de geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: gleydson.albano@ufrn.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9306-9258>

and transforming their reality. However, the progress of literacy initiatives was interrupted by the political context of the time, especially with the establishment of the military regime in 1964, which repressed and dismantled popular education projects for considering them threats to the prevailing order. Even so, the legacy of this experience remains current, reaffirming education as a practice of freedom and as an essential instrument for the construction of a more just and democratic society.

Keywords: Literacy. Popular Education. Critical Consciousness.

RESUMEN

El presente trabajo analiza la experiencia de las “40 horas de Angicos” con el objetivo de evidenciar la eficacia de la propuesta de alfabetización desarrollada por Paulo Freire en el contexto del Semiárido Nordeste, destacando su carácter innovador y emancipador. La metodología adoptada se fundamenta en un levantamiento bibliográfico acerca del contexto histórico de las campañas de alfabetización en Brasil, especialmente en la segunda mitad del siglo XX, así como en el análisis de estudios sobre la aplicación popular en Angicos/RN. Los resultados indican que el método freireano, basado en el diálogo, en los Círculos de Cultura y en la valorización del universo vocabular de los educandos, posibilitó no solo la alfabetización en un corto período, sino también el desarrollo de la conciencia crítica, de la participación ciudadana y de la movilización social, como se ha evidenciado por la actuación de los trabajadores en la defensa de sus derechos. Además, se verifica que la experiencia contribuyó a que los sujetos se reconocieran como agentes históricos, capaces de comprender y transformar su realidad. Sin embargo, el avance de las iniciativas de alfabetización fue interrumpido por el contexto político de la época, sobre todo con la instauración del régimen militar en 1964, que reprimió y desarticuló proyectos de educación popular por considerarlos amenazas al orden vigente. Aun así, el legado de esta experiencia permanece vigente, reafirmando la educación como práctica de libertad y como instrumento esencial para la construcción de una sociedad más justa y democrática..

Palabra-Chaves: Alfabetización; Educación Popular; Conciencia Crítica.

INTRODUÇÃO

A erradicação do analfabetismo configurou-se como uma das metas centrais do Programa Aliança para o Progresso no Rio Grande do Norte, com o propósito de integrar um contingente maior de adultos potiguares nos avanços do desenvolvimento econômico e social defendidos pelo programa denominado “Revolução”, implementado durante o governo de Aluízio Alves. Nesse sentido, a Secretaria de Educação e de Cultura do Rio Grande do Norte, estruturou uma campanha de alfabetização voltada à educação básica para adolescentes e adultos, cujo objetivo era o de alfabetizar 100 mil pessoas até o ano de 1965. Assim, em 1963, foi concebido um plano-piloto denominado Experiência-Piloto de Alfabetização, implantado na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, com base no método elaborado pelo grupo de educadores do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Pernambuco, sob a coordenação do educador Paulo Freire. A iniciativa mostrou-se bem-sucedida, por representar a primeira aplicação, em larga escala no país, de um método sistematizado (Oliveira, 2022).

Porém, como bem destaca Oliveira (2022), o propósito do governo do Rio Grande do Norte e da Aliança para o progresso, ao implementar a alfabetização de adultos, não consistia em promover a emancipação dos sujeitos, mas em exercer controle e conformação das massas, além de articular os interesses econômicos e políticos ao projeto de desenvolvimento governamental, alinhado aos interesses do capital monopolista representado pelo governo dos Estados Unidos. Em contrapartida ao contexto político que permeava a aplicação do projeto-piloto, Paulo Freire aplicou

146

AS 40 HORAS DE ANGICOS/RN: LEITURA DO MUNDO E DA PALAVRA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

um método de alfabetização pioneiro, que depois viria a se tornar referência em todo o território nacional para a alfabetização de adultos e que rompia com os dogmas da educação tradicional. Segundo Terra e Fernandes (1994), a experiência em Angicos influenciou outras iniciativas ao introduzir a concepção de que, na relação entre professor e aluno, é essencial estabelecer uma prática de aprendizagem dialógica, na qual docentes e discentes constroem conjuntamente o conhecimento. Tal dinâmica se materializou nos chamados Círculos de Cultura.

Nesse sentido, a escolha do SEC Recife em empregar a pesquisa do universo vocabular articulada à realidade local do grupo a ser alfabetizado evidenciava o significado da apropriação do processo educativo pelo alfabetizando, a partir de uma prática dialógica que estimulava a análise crítica da realidade vivida. Reconhecer-se como sujeito de sua própria história e como agente inserido no mundo constituía, nesse contexto, uma das principais transgressões propostas pelo método, e que sem dúvida, representava uma grande ameaça à elite dominante brasileira, que considerava o projeto um exercício de tomada coletiva de consciência e a possibilidade da transformação social que poderia pôr fim às estruturas políticas tradicionais que controlavam o país (Oliveira, 2022).

Com base nessas considerações iniciais, esse trabalho tem como objetivo demonstrar como a Campanha de Alfabetização realizada em Angicos no Rio Grande do Norte mostrou-se eficaz em razão da abordagem desenvolvida por Paulo Freire. Tal abordagem visava colocar o aprendiz como sujeito ativo do processo de aprendizagem, de maneira a romper com a lógica de que o professor é o único que detém o conhecimento. A grande prioridade era que os educandos considerassem os espaços de vivência ocupados a fim de tornar a aprendizagem significativa. O método de Freire não apenas possibilitou o sucesso do projeto de alfabetização, conhecido como a “Experiência das 40 Horas de Angicos”, mas fortaleceu e deu protagonismo às lutas populares, contribuindo para a valorização dos saberes tradicionais, para a mobilização e conscientização das classes populares e para a participação cidadã e democrática.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto pelo trabalho, foi realizado um breve levantamento bibliográfico sobre o contexto histórico que as várias campanhas de alfabetização estiveram inseridas durante a segunda metade do século XX, além de evidenciar os motivos pelos quais os, movimentos e projetos educacionais foram perseguidos durante o regime autoritário no país. Por fim, o levantamento bibliográfico possibilitou reunir materiais para descrever como a aplicação da educação popular em Angicos/RN, especialmente por meio do Projeto “40 Horas de Angicos”,

contribuiu para a constituição do espaço como lugar de enunciação, isto é, para que a população reconheça o contexto em que vive, além de sua condição como sujeito histórico.

CONTEXTO HISTÓRICO E O PROCESSO VIVENCIADO EM ANGICOS-RN

Guerra (2013) aponta a dimensão preocupante do analfabetismo entre jovens e adultos que continua sem mudanças significativas no Brasil. Segundo o autor, mais grave é reconhecer que essa situação se intensificou, pois as barreiras para o exercício pleno da cidadania tornam-se cada vez maiores para aqueles que permanecem sem acesso à leitura e à escrita. Essa dívida social e política, ainda presente em pleno século XXI, tem origem no descaso, na omissão e no desrespeito a um direito fundamental garantido pela Constituição.

Tal cenário se explica pelo fato de que pessoas e instituições, ao longo do tempo, impediram, e ainda impedem, o êxito de políticas públicas capazes de assegurar o acesso ao conhecimento como instrumento de inclusão social e política. Diversos educadores, entre eles Paulo Freire, já demonstraram que é possível garantir essa aprendizagem a todos os brasileiros de forma simples, rápida e com baixo custo operacional. Para Guerra (2013), a forte repressão sofrida por diversas iniciativas de alfabetização não encontrava justificativa em 1964, assim como também não se justifica, até hoje, a ausência de retomada de ações efetivas com os mesmos propósitos, prazos, custos e alcance. Como resultado, o Brasil ainda convive com um número de analfabetos superior à população total de muitos países europeus.

Contudo, durante a segunda metade do século XX, diversas iniciativas foram desenvolvidas com o objetivo de ampliar a alfabetização da população, mesmo que essas campanhas fossem promovidas em um contexto de intensa instabilidade política. No cenário internacional, a mobilização política e social também era bastante intensa, especialmente com o avanço da Guerra Fria, que aprofundou a rivalidade entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. A disputa manifestava-se, entre outros aspectos, na corrida por armamentos nucleares, sustentando um perigoso equilíbrio baseado no medo. A vitória de Fidel Castro em Cuba gerou preocupação nos EUA, que passaram a temer a expansão do comunismo para regiões estratégicas como o Nordeste brasileiro (Guerra, 2013).

Nesse contexto, o presidente John F. Kennedy lançou, em 1961, a Aliança para o Progresso, inspirada no Plano Marshall, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da América Latina por meio de investimentos em áreas como reforma agrária, educação e saúde, além de apoiar governos democráticos. Embora possa parecer inesperado, o rumo de diversas ações governamentais iniciadas naquele período foi fortemente influenciadas tanto por conflitos internos dos Estados Unidos quanto por seu papel no contexto da Guerra Fria. Essa influência atingiu

diretamente as iniciativas de educação popular, bem como projetos de reforma universitária em andamento, além de políticas ligadas ao planejamento, à saúde pública, à extensão rural e ao desenvolvimento local e regional, entre outras áreas. Entretanto, conforme destaca Guerra (2013), setores conservadores brasileiros se apropriaram da lógica de confronto difundida pelos Estados Unidos e passaram a sustentar a ideia de que a educação popular, principalmente as que utilizavam dos recursos provenientes da Aliança para o Progresso, faziam parte de uma suposta estratégia articulada pela União Soviética para difundir o comunismo no Brasil, tomando como referência o modelo cubano.

No início da década de 1960, porém, a alfabetização passou a ser considerada como parte de um projeto de emancipação popular e de conscientização das massas. Mais do que a mera decodificação de palavras, muitos movimentos buscavam promover o desenvolvimento do pensamento crítico e uma prática educativa mais horizontal, construída não apenas para a população excluída, mas com sua participação ativa. Para Saviani (2013), a educação popular, nesse contexto, ganhou o sentido de uma educação feita pelo povo, para o povo e com o povo, voltada à participação política e à compreensão da realidade brasileira, em oposição ao modelo anterior, marcado pelo controle das elites e pela adaptação da população à ordem social vigente.

Dentro dessa concepção de educação popular como prática de conscientização, fortalecida ao final da década de 1950, surgiram e desenvolveram-se diversos grupos e experiências educativas no país. Entre eles destacam-se os Centros Populares de Cultura (CPC), vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE); o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Igreja Católica por meio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco; o Sistema Paulo Freire; a experiência das 40 horas de Angicos; a Fundação Campanha Popular de Educação da Paraíba (CEPLAR); e a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, desenvolvida pela prefeitura de Natal (Pranto, 2018).

Cada movimento possuía características específicas na forma de desenvolver suas ações. Os Centros Populares de Cultura (CPCs) investiam na criação e divulgação de produtos culturais voltados à conscientização e à emancipação social, ampliando o acesso à cultura por meio de atividades artísticas e discussões políticas, valorizando a cultura popular como ferramenta de mudança social. O Movimento de Educação de Base (MEB), por sua vez, atuava na educação básica e na promoção da cultura popular, desenvolvendo ações de alfabetização em diferentes espaços e buscando estimular a consciência social e política, em articulação com a Igreja Católica. Com o tempo, o movimento evoluiu de uma abordagem predominantemente instrutiva para uma perspectiva mais crítica. Já o Sistema Paulo Freire estruturava uma proposta pedagógica voltada à formação crítica e à conscientização, articulando alfabetização e participação política, conforme evidenciado na experiência das “40 horas de Angicos”. Por fim, a campanha “De pé no chão

também se aprende a ler” priorizava a alfabetização de adultos em áreas periféricas, utilizando métodos participativos, fundamentados na cultura local, e articulando a formação de professores a práticas educativas baseadas no diálogo (Pranto, 2018).

Conforme destaca Pranto (2018), na primeira metade da década de 1960, predominava a concepção de educação como instrumento de transformação social, acompanhada por um clima de otimismo em relação ao futuro, pela difusão dos princípios da Teologia da Libertação e pela intensificação de propostas vinculadas às Reformas de Base e ao nacional-desenvolvimentismo. Esse cenário, no entanto, contrasta fortemente com o que se observou na segunda metade da mesma década, quando a intervenção de um Estado autoritário interrompeu a maior parte das iniciativas de educação popular, levando as poucas experiências remanescentes a perderem grande parte de seus princípios originais.

Sob essa ótica, uma das ações iniciais do regime militar consistiu em silenciar setores opositores e restringir sua liberdade de expressão. Entre os grupos atingidos estavam movimentos sociais, sindicatos urbanos e rurais, ligas camponesas, o movimento estudantil, ex-membros do governo deposto, parlamentares, forças políticas reformistas ou de esquerda, intelectuais contrários ao golpe e diversos segmentos ligados à educação, como professores, estudantes e gestores escolares (Germano, 2015).

Especificamente no Rio Grande do Norte, entre várias dessas práticas, destaca-se o Relatório Veras, redigido em 1964, pelo então governador estadual Aluizio Alves que desde o primeiro dia demonstrou apoio ao governo instaurado após o golpe militar. Segundo Costa (2024), o relatório continha uma seção dedicada ao setor estudantil, na qual Aluizio afirmava existir uma educação voltada para a práticas consideradas revolucionárias. A existência de uma seção específica dedicada à educação dentro do relatório, demonstrava uma estratégia adotada por setores conservadores de tentar neutralizar práticas educativas críticas, difundindo, em sala de aula, um modelo de ensino tecnicista que não incentiva o desenvolvimento da autonomia crítica dos estudantes, elemento fundamental para o questionamento da ordem social estabelecida. Nesse contexto, a ideia de conscientização não fazia parte das prioridades do regime militar, sobretudo porque a formação crítica dos sujeitos contrariava os interesses de manutenção das estruturas de poder vigentes.

Para Costa (2024), torna-se possível compreender as razões que levaram os militares a priorizarem o fim do projeto educacional que vinha sendo desenvolvido no país naquele período. Em Natal, a “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler” teve seu centro de formação de professores invadido por agentes da repressão, que apreenderam e destruíram diversos materiais. O mesmo ocorreu com as bibliotecas públicas criadas pela prefeitura vinculadas à iniciativa. Tais ações foram justificadas pela alegação de que os livros utilizados continham conteúdos associados à

ideologia comunista, sendo os envolvidos acusados de promover, além do ensino, um processo de doutrinação ideológica.

Nos anos que antecederam a instauração do regime militar, entre 1962 e 1963, destacou-se no Estado do Rio Grande do Norte uma importante iniciativa realizada no município de Angicos, situado a cerca de 176 km da capital. Conhecida como “Experiência das 40 Horas de Angicos” essa ação contribuiu para consolidar o modelo de alfabetização que posteriormente viria a ser reconhecido internacionalmente como o método de Paulo Freire. Após o sucesso obtido em Angicos, a proposta passou a ser expandida para todo o país por meio do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, documento que reconhecia as fragilidades da educação básica brasileira e seu baixo desempenho na alfabetização das camadas mais pobres da população. Nesse contexto, o chamado “Sistema Paulo Freire” passou a ser adotado como alternativa de alfabetização em curto prazo e considerada eficiente (Costa, 2024).

Conforme Aquino; Sobrinho; Pinheiro (2020), nesse contexto, a cultura popular passou a ser compreendida e utilizada como um instrumento de superação da alienação, contribuindo para a construção das Reformas de Base. A partir dessa perspectiva, a cultura popular passou a promover processos de conscientização e emancipação social, viabilizando propostas de educação popular voltadas à formação crítica e libertadora, em consonância com as correntes progressistas e com as reflexões desenvolvidas pelo educador Paulo Freire.

Entretanto, o projeto educacional que se configurava como um dos mais promissores do país, marcado pela organização e conscientização política das massas, foi desarticulado e encerrado pelo regime militar. Em Natal, o prefeito Djalma Maranhão foi um dos principais alvos da repressão, figurando entre os primeiros presos políticos do período. Conhecido por sua gestão democrática e voltada às camadas populares, foi detido juntamente com grande parte de sua equipe, fato que evidencia, como aponta Costa (2024), o caráter repressivo do regime frente às iniciativas populares.

Além disso, durante as duas décadas do regime militar foram implementadas diversas políticas de precarização e privatização da educação pública. Conforme destacado por Saviani (2008), o modelo educacional defendido naquele período estabelecia uma divisão de funções: o ensino primário deveria preparar os estudantes para atividades práticas; o ensino médio para formar profissionais voltados ao desenvolvimento econômico e social, e o ensino superior para capacitar mão de obra especializada e lideranças para o país. Paralelamente, a Constituição de 1967, instituída pelo regime militar, promoveu mudanças importantes no financiamento da educação ao eliminar a obrigatoriedade de destinação mínima de recursos públicos para a área, reduzindo as garantias de investimento educacional.

Essa postura rigorosa dos militares passou a ser adotada como estratégia ao longo de todo o período ditatorial, especialmente contra o movimento estudantil, que se destacava como uma das principais bases de organização política em defesa da redemocratização, configurando-se, assim, como uma verdadeira pedagogia da violência. Ademais, o regime também intensificou mecanismos de controle para consolidar seu domínio político, principalmente direcionando sua atenção para programas e campanhas de alfabetização de jovens e adultos que, no início da década de 1960, vinham ganhando alcance entre as camadas mais pobres. Entre esses programas, é possível destacar, além das 40 Horas de Angicos, a “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler” no Rio Grande do Norte, a CEPLAR, na Paraíba, o Movimento de Educação de Base e o Programa Nacional de Alfabetização baseado no método de Paulo Freire (Costa, 2024).

Ainda segundo Costa (2024), durante o período autoritário, foram promulgadas leis e instituídos decretos que reforçavam a repressão aos opositores do regime. Entre essas medidas, o Decreto-Lei nº 477 de 1969, estabeleceu normas disciplinares voltadas a professores, estudantes e funcionários, prevendo penalidades severas. No caso dos trabalhadores da educação, as sanções incluíam demissão e impedimento de atuação em outras instituições por até cinco anos, enquanto os estudantes poderiam ser expulsos e proibidos de se matricular por um período de três anos. Essas penalidades evidenciam o caráter punitivo e controlador da política educacional vigente.

Assim, observa-se novamente o esforço de associar a educação às práticas de doutrinação, sobretudo contra professores identificados como “esquerdistas”, que, ao abordarem a história do próprio país e incentivarem nos alunos uma proposta crítica e reflexiva, eram associados à propagação de ideias comunistas. Nessa tentativa de apagar e silenciar manifestações contrárias à ideologia hegemônica, percebe-se a atuação de uma pequena elite burguesa que utilizou a educação como instrumento de seleção social e de “civilização” conforme seus próprios interesses. Desse modo, a escola, longe de contemplar todas as camadas da sociedade, passou, a partir de 1964, a ser um dos principais mecanismos de dominação ideológica do regime autoritário e de seus apoiadores (Costa, 2024).

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO: OS DESDOBRAMENTOS DA EXPERIÊNCIA EM ANGICOS-RN

Do ponto de vista histórico, a educação popular apresenta-se como uma das tradições pedagógicas mais singulares surgidas na América Latina. Conforme Da Mota e Streck (2019), O movimento de educação popular, trata-se não apenas de uma corrente do pensamento educacional, mas também de um movimento de educadores profundamente articulado à trajetória histórica do continente e à realidade específica das classes populares latino-americanas, considerando as suas

vivências concretas, seus saberes, suas demandas e seus projetos de vida. Nesse contexto, o pensamento de Paulo Freire configura-se como uma referência essencial para a consolidação de uma pedagogia decolonial na América Latina, pois estimula os grupos subalternizados a atuarem de forma autônoma na luta pela transformação social e pela superação dos múltiplos legados do colonialismo.

O pensamento freireano fundamenta-se, entre outros aspectos, na descolonização das consciências e na mobilização das classes populares. Para o educador, um importante aspecto é o *locus enuntiationis* (lugar de enunciação/lugar de fala) ocupado pelo sujeito que produz e elabora o discurso e é capaz de reivindicar seus direitos. Paulo Freire reflete em suas obras sobre pensar a pedagogia pela ótica dos oprimidos não como aqueles para *quem fala*, mas como àqueles *com quem fala*. Ademais, em sua trajetória, denunciou faces da colonialidade e do colonialismo: a educação bancária, o silenciamento, a violência, o latifúndio, a desumanização, o patriarcado, os assistencialismos e o racismo (Da Mota; Streck, 2019).

Paulo Freire nunca abriu mão das teorias da educação popular e durante a Experiência-Piloto de Alfabetização, implantada na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, aplicou aquilo que o próprio evitava chamar de método de alfabetização e que, posteriormente, passou a denominar “método do conhecimento”. Ou seja, a proposta pedagógica do professor era articular o aprendizado da leitura e da escrita ao processo de compreensão crítica da realidade. Partia-se do princípio de que não existem analfabetos do ponto de vista da oralidade, mas sujeitos portadores de experiências de vida que constituíam a base do processo educativo. Essas vivências eram mobilizadas tanto para fomentar o diálogo, quando os alfabetizados reconheciam nas preocupações cotidianas os temas e palavras geradoras, quanto para assegurar que o ato de ler e escrever, por ser profundamente integrado à vida concreta, fosse assimilado de maneira natural e duradoura (Guerra, 2013).

A escolha da cidade de Angicos esteve relacionada a diferentes fatores. Primeiramente, era a terra natal do então governador Aluísio Alves e ainda significava a possibilidade de avanços e desenvolvimento. Para que a experiência acontecesse de maneira esperada, tornou-se necessária uma mobilização local. Os coordenadores dos Círculos de Cultura visitavam várias residências à procura de pessoas analfabetas para convidá-las a participar dos cursos que brevemente aconteceriam. Além disso, a escolha dos coordenadores não era aleatória, pois foram feitos convites em Universidades antes do final do ano letivo, além de um curso de formação para os que aceitaram o convite na Faculdade de Direito da Ribeira, abordando temas e disciplinas (Guerra, 2013).

O curso foi orientado pela equipe do Serviço de Extensão Cultural (SEC), trazida pelo Professor Paulo Freire, composta pelos Professores Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Brito, Aurenice Cardoso e Luiz Costa Lima. Em Angicos, os coordenadores deveriam fazer uma busca e

identificação, orientadas pela Professora Aurenice Cardoso, do universo vocabular e temas geradores do cotidiano das pessoas, pois através delas as “Palavras Geradoras” seriam recolhidas para serem apresentadas em slides para gerar debates durante as aulas. Para viabilizar os encontros, pessoas interessadas disponibilizavam espaços em suas próprias residências para transformá-las em salas de aulas durante as “40 Horas de Angicos”. Também foram utilizados projetores que funcionavam sem necessidade de energia elétrica, considerando que muitos bairros ainda não possuíam acesso à eletricidade. Quanto aos materiais didáticos, os alfabetizandos utilizavam lápis e cadernos (Guerra, 2013).

Além do esforço que os educandos faziam em disponibilizar tempo para a aprendizagem após suas cansativas jornadas de trabalho, não é prudente ignorar o trabalho dos coordenadores dos Círculos de Cultura, pois seus esforços não se concentravam apenas durante às aulas, mas integralmente em todo o período em que passaram em Angicos. Participavam de seminários pelas manhãs, alguns deles com a presença do próprio Paulo Freire e sua equipe. Os seminários serviam para relatar os momentos de aprendizagem e o que poderia, a partir deles, ser analisado como dúvidas e correções que levassem a propostas para facilitar o trabalho em sala de aula. Além disso, durante as tardes, eram organizados pequenos grupos de estudos e ações de mobilização voltadas aos alunos que haviam desanimado, buscando encorajá-los a retornar às atividades. Era comum que os professores também participassem de atividades da vida cotidiana da cidade para a aquisição de um certo repertório que poderia ser utilizado em sala de aula à noite (Lima *et al.*, 2022).

Portanto, não se pode negar que o intuito da Campanha era ofertar uma alfabetização crítica que não tivesse como foco apenas aquisição de habilidades de leitura e escrita, como um processo mecânico, mas uma maneira de nomear o mundo para transformá-lo. Daí a importância das palavras e temas geradores. A educação, mesmo que não substitua a ação política, é indispensável para o desenvolvimento da consciência crítica. As pessoas ao nomearem os lugares de vivência e ferramentas de seus trabalhos nos Círculos de Cultura, tornaram-se capazes de decodificá-las, aprendendo a relação entre as letras, os sons e a interpretação. Assim, a aprendizagem se torna significativa desde o início, enquanto os educandos também “problematizam o existencial”. Nessa perspectiva, a alfabetização deveria construir uma condição fundamental para compreender como o conhecimento, o poder e a prática social podem atuar como instrumentos para a construção de uma sociedade democrática que não esteja subordinada aos interesses dos grupos dominantes (Freire, 2014a).

O analfabetismo não só ameaça a ordem econômica de uma sociedade, como também constitui profunda injustiça. Essa injustiça tem graves consequências, como a incapacidade dos analfabetos de tomarem decisões por si mesmos, ou de participarem do processo político. Desse modo, o analfabetismo ameaça o caráter

mesmo da democracia. Solapa os princípios democráticos de uma sociedade. A crise mundial do analfabetismo, se não combatida, exacerbará ainda mais a debilidade das instituições democráticas e as injustas relações assimétricas de poder que caracterizam a natureza contraditória das democracias contemporâneas (Freire, 2014a, p. 5)

Lima (2014) expressa que o modelo de educação vivenciado nas 40 Horas de Angicos não apenas alfabetizava os educandos, mas abria margem para a conscientização e problematização da realidade. A abordagem fundamentada nos temas geradores promoviam uma intervenção pedagógica significativa e transformadora permeada pela reflexão crítica acerca das condições de vida dos sujeitos e seu papel no mundo. Tratava-se de uma proposta educativa na qual os oprimidos podem obter força e engajamento necessário para lutar. Nesse sentido, percebe-se que, o método utilizado não apenas alfabetiza, mas engaja sujeitos de lutas portadores de experiências existenciais e que não poderiam estar dissociadas do processo educativo. Disso vem a inquietação de ofertar um modelo de educação que carregue significados no qual a palavra utilizada não seja oca nem alienada e alienante (Freire, 2013).

Não à toa, ocorreu uma mobilização operária em prol de direitos, sendo parte dos trabalhadores alunos frequentes dos Círculos de Cultura. Os operários responsáveis pela construção de uma escola em Angicos tiveram acesso à Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) durante uma das aulas na qual foram debatidos os direitos básicos dos trabalhadores. A partir disso, passaram a reivindicar o cumprimento desses direitos junto à empresa construtora. Na tentativa de dar continuidade à obra, a empresa contratou novos trabalhadores em Fernando Pedroza-RN. Entretanto, os trabalhadores fizeram um piquete na estrada e convenceram os recém-contratados a retornarem à cidade de origem. Posteriormente, ao buscar alternativas para retomar a construção, o responsável pela empresa recebeu do Secretário de Educação, Calazans Fernandes, a orientação de que efetuasse o pagamento dos direitos trabalhistas, uma vez que essa era a única solução possível. A experiência das 40 Horas de Angicos, mostrou-se bem-sucedida justamente pela centralidade atribuída ao debate e às questões do próprio contexto social (Guerra, 2013).

Segundo Favero e Santos (2016), ao observar a realidade do Semiárido, percebe-se que essa demanda não era apenas essencial, mas urgente, pois o imaginário em relação à região semiárida é permeado pelo pensamento de que a miséria humana é natural e resultado da inclemência da natureza. De um fenômeno natural surge uma indústria, uma economia, uma política de políticos que dominam e beneficiam-se muito dela. Cria-se ainda, a imagem dos pobres - que necessitam de alguma esmola - que em qualquer lugar do país quando se trata do Semiárido Nordeste, a imagem deles é precipitada. A construção do Semiárido é secular e, infelizmente, vinculada quase que imediatamente à catástrofe. Mesmo que séculos passem, é preciso entender que, no presente,

determinados discursos ainda têm sido apropriados por classes específicas da sociedade para fins ainda mais específicos.

Para Freire (2014b), era essencial que houvesse um modelo de educação voltado à tomada de decisão e à responsabilidade social e política para reverter a ordem imposta. O educador ainda exprime que no modelo de colonização brasileiro há ausência de vivência comunitária, de forma tal que o poder esteve sempre oscilando das mãos do capitão-mor, dos senhores das terras e dos governadores. Esse modelo de colonização fundamentou-se na exploração econômica e na dominação exercida pelos proprietários sobre os territórios e sobre as populações que neles viviam. Reconhecendo o histórico da região semiárida e a estrutura de poder violenta que existe, os assuntos em sala de aula não eram esvaziados de intuítos políticos e democráticos, pois promoviam a capacidade de criticar estruturas sociais injustas. A educação era uma ferramenta para a emancipação e humanização das gentes, pois:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e as entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto (Freire, 2014b, p. 50).

A fim de permitir às pessoas uma leitura da palavra, mas principalmente de mundo, o projeto utilizou de verbetes do dia a dia, como supracitado, dos quais podem ser citados: “tijolo”, “belota”, “chibanca”, “voto”, “lata” e “sapato”. Entretanto, os temas não visavam apenas o desenvolvimento e aquisição do sistema de escrita alfabético, os assuntos pretendiam levar as pessoas a um nível maior de entendimento. Alguns alunos de Angicos são capazes de rememorar que Paulo Freire tratou de muitos dilemas, inclusive relacionados à Reforma Agrária. Ademais, alguns também aprenderam nos Círculos de Cultura a função política de prefeitos e vereadores, ao serem incitados a buscar os mais adequados ou até os “menos piores” nas eleições. Tratar da experiência em Angicos é muito forte, principalmente quando os estudantes compartilham seus interesses em relação à aprendizagem, como saber o suficiente para assinar os próprios documentos, conseguir trabalhos melhores, ler a bíblia, melhorar o que já sabiam fazer e muito mais. Alguns também relatam que com Freire aprenderam que podiam ser “gente também” (Lima *et al.*, 2022).

O que Freire realizou em Angicos poderia ter sido ainda mais ampliado, porém pouco tempo depois da finalização do projeto Freiriano, ocorreu a Ditadura Militar de 1964. Como os projetos de educação popular estavam “ameaçando” o *status quo*, muitos deles foram interrompidos e alguns de seus responsáveis foram exilados, inclusive o próprio Paulo Freire. Um exemplo foi o cancelamento

do Movimento de Cultura Popular (MCP), que tinha como idealizadores intelectuais e artistas pernambucanos que logo foram acusados de subversão dos ideais do então governo. Além disso, Centros Populares de Cultura também foram perseguidos e encerrados, visto que instruíam as pessoas por meio da cultura, grupos de estudos, teatro e cinema. Paulo Freire também sofreu repressão por suas ideias, porém não era suficiente combatê-las, então logo, a sua prisão foi executada. O educador permaneceu preso por 72 dias, acusado de fomentar insubordinação, revolta, ruína, perversão e destruição. Em consequência desse contexto repressivo, muitos alunos e colaboradores de Paulo Freire, incluindo os participantes da experiência em Angicos, passaram a temer qualquer associação com o professor. Como resposta ao clima de perseguição política, diversos documentos utilizados no projeto foram queimados ou enterrados, inclusive materiais didáticos na tentativa de eliminar qualquer vínculo com Freire (Braga, 2024).

Conforme Scocuglia (2019) Paulo Freire passou por vários interrogatórios durante o período ditatorial, o primeiro deles ocorreu em 1 de Julho de 1964, ocasião em que foi acusado de praticar “atividades subversivas, incitação à rebelião e propagação de ideias comunistas”. Logo, para os militares, a tentativa de Freire era de doutrinar os trabalhadores, incluindo os rurais, com ideias comunistas. Mesmo que sua defesa alegasse, em contrapartida, que o modelo de educação freireano tinha como principal objetivo promover a conscientização social e política dos sujeitos com base nas temáticas presentes em suas realidades concretas.

O segundo interrogatório, ainda segundo Scocuglia (2019), realizado em 16 de setembro de 1964, aconteceu pelo forte processo de censura que ocorria no período da ditadura. Nele, o professor foi apontado como incentivador de revoltas contra o governo que regia o país. Entretanto, sua defesa esclareceu que seu método não buscava ser partidário, mas promover a emancipação dos sujeitos por meio da educação crítica. Mesmo que as defesas negassem seu caráter revolucionário, Freire nunca percebeu a insatisfação como algo a ser combatido, pelo contrário, pois a insatisfação é parte de um processo muito maior:

Entendamos a rebelião como um sintoma de ascensão, como uma introdução à plenitude. Por isso mesmo é que nossa simpatia pela rebelião não poderia ficar nunca nas suas manifestações preponderantemente passionais. Pelo contrário, nossa simpatia estava somada a um profundo senso de responsabilidade que sempre nos levou a lutar pela promoção inadiável da ingenuidade em criticidade (Freire, 2014b, p. 92)

De acordo com Braga (2024), mesmo após sua libertação, Paulo Freire continuou sendo alvo de intensa perseguição política no Brasil, o que o levou ao exílio. Inicialmente, buscou refúgio na Bolívia, país que também atravessava um período de instabilidade política. Posteriormente, exilou-se no Chile, nos Estados Unidos e, por fim, na Suíça, locais em que seu pensamento pedagógico

adquiriu ampla repercussão internacional. Enquanto esteve no Chile, o educador trabalhou no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA) e no Movimento de Cultura Popular, além de ter escrito obras importantíssimas como "Educação como Prática da Liberdade" (1967) e ainda deu início a "Pedagogia do Oprimido" (1970), sua mais conhecida obra. Quando em 1979 houve a reabertura política e a anistia dos exilados em território brasileiro, Paulo Freire retornou ao país no ano seguinte tornando-se professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Apesar das perseguições políticas sofridas ao longo de sua trajetória, Paulo Freire permaneceu desenvolvendo trabalhos voltados à educação popular e à produção intelectual direcionada, sobretudo, aos grupos sociais excluídos e subalternizados. No final da década de 1980, seu pensamento passou a influenciar diversas políticas públicas educacionais, levando-o, inclusive, a ocupar o cargo de Secretário de Educação do município de São Paulo entre 1989 a 1991. Durante sua gestão, propôs diferentes reformas educacionais fundamentadas em princípios de sua concepção pedagógica (Braga, 2024).

CONCLUSÃO

A experiência das 40 Horas de Angicos não pode ser compreendida apenas como uma grande campanha de alfabetização, mas como uma iniciativa voltada ao despertar da consciência coletiva e à construção de uma compreensão crítica da realidade vivenciada pelas populações atendidas. Não é à toa que o método de Paulo Freire foi tido como subversivo. Ao romper com os modelos tradicionais e bancários de ensino, Freire evidenciou que a alfabetização poderia ir além de simples codificação e decodificação de palavras, configurando-se como um processo de construção do conhecimento, de leitura crítica da realidade, promovendo consciência social, democrática e política dos sujeitos.

Como discutido ao longo deste trabalho, a abordagem freiriana, fundamentada no Círculos de Cultura, na investigação do universo vocabular e no uso de temas e palavras geradoras vinculadas ao cotidiano dos educandos, mostrou-se eficaz não apenas para garantir a aprendizagem da leitura e da escrita, mas também para estimular o pensamento crítico e a participação cidadã. A mobilização de trabalhadores em defesa de seus direitos, impulsionada pelo contato com a consolidação das leis do trabalho durante as atividades educativas, exemplifica como esse método extrapolava o espaço escolar, tornando-se um instrumento concreto de transformação social.

Entretanto, o avanço dessas iniciativas foi interrompido pelo contexto da Guerra Fria e pela instauração do regime militar no Brasil, em 1964. O caráter emancipador da proposta freiriana passou a ser vista como uma ameaça às estruturas de poder, o que levou à desarticulação, à

destruição de seus materiais e à perseguição e exílio de seu principal idealizador. No Rio Grande do Norte, episódios como a invasão do centro de formação da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, em Natal, e a prisão do prefeito Djalma Maranhão evidenciam o esforço sistemático do regime autoritário em silenciar experiências que promoviam a organização e a conscientização das camadas populares.

Apesar da repressão imposta durante o período ditatorial, o legado de Paulo Freire e da experiência de Angicos manteve-se como uma referência central para a educação popular, não apenas no Brasil, mas também em diversos países da América Latina, África e Europa. Sua proposta de uma pedagogia voltada para os oprimidos, que valoriza os saberes populares, incentiva o diálogo horizontal e promove a leitura crítica da realidade, configura-se como um importante instrumento de resistência e fortalecimento democrático. A visão de uma educação contextualizada no/do Semiárido vai além da convivência com a seca, pois deve-se reconhecer as estruturas de desigualdade e injustiças sociais. Portanto, o projeto de Freire em Angicos é compreendido como exemplo de educação contextualizada, pois a sala de aula tornou-se espaço para discussão de pautas importantes que visavam desmistificar discursos que predominam entre as elites para subalternizar as camadas populares.

Diante do exposto, reafirma-se a atualidade e a relevância do método freiriano, especialmente em um contexto no qual o analfabetismo ainda representa uma significativa dívida social e política no Brasil. A experiência de Angicos evidencia que é possível promover a alfabetização de maneira eficiente e com baixo custo operacional, assumindo um compromisso ético e político com a emancipação dos sujeitos. Retomar os fundamentos da educação popular implica, portanto, reconhecer a educação como prática de liberdade e como elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e participativa frente às desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS

AQUINO; SOBRINHO; PINHEIRO. Natal no contexto dos anos 1960: a educação popular, o analfabetismo, e a educação de pessoas jovens e adultas. In: SAMPAIO; PINHEIRO. 40h de Angicos e Campanha De pé no chão também se aprende a ler. São Paulo: Livraria da Física, 2014.

BRAGA, Maria Alicia Germano de Araujo. As 40h de Angicos: Paulo Freire e o impacto do Golpe de 1964. 2024.

CELSO SCOCUGLIA, Afonso. OS ARQUIVOS DA DITADURA NO BRASIL: OS INQUÉRITOS POLICIAIS NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (1964-1969). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 14, n. 3, 2019.

COSTA, Sammara Alessandra Fernandes da. A educação potiguar em tempos de ditadura militar (1964-1985) : a importância pedagógica em compreender a história da educação / Sammara Alessandra Fernandes da Costa. - 2024. 34 f.: il. color.

DA MOTA, João Colares; STRECK, Danilo R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. *Educar em Revista*, v. 35, n. 78, p. 207-223, 2019.

DE MEDEIROS PRANTO, Aliny Dayany Pereira. Os anos 1960, a expansão dos movimentos sociais no Brasil e as iniciativas de combate ao analfabetismo no Rio Grande do Norte. **Research, Society and Development**, v. 7, n. 9, p. e679387-e679387, 2018.

GERMANO, José Willington. Arcabouço Histórico da Ditadura Militar no Brasil – Eclosão da Ditadura e os Reflexos no Estado do Rio Grande do Norte e na UFRN. In: COMISSÃO DA VERDADE - UFRN. **Comissão da verdade da UFRN: relatório final**. Natal: EDUFRN, 2015.

GUERRA, Marcos JC. As 40 horas de Angicos: vítimas da Guerra Fria?. *Revista de Informação do Semiárido*, v. 1, n. 1, 2013.

FAVERO, Celso Antonio; SANTOS, Stella Rodrigues dos. **O campesinato e o Bolsa Família no semiárido do Nordeste**. EDUFBA: EDUNEB, 2016.

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antônia. 40 horas de esperança: O Método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Editora Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e terra, 2014b.

LIMA, Higo; JÚNIOR, Passos; JAGUARIBE, Renata. 40 horas de Angicos: Memórias dos alunos de Paulo Freire no RN. EDUFERSA, 2022.

LIMA, Paulo Gomes. Uma leitura sobre Paulo Freire em três eixos articulados: o homem, a educação e uma janela para o mundo. **Pro-Posições**, v. 25, p. 63-81, 2014.

OLIVEIRA, Roselia Cristina de. A educação made in Rio Grande do Norte: entre as políticas desenvolvimentistas e o projeto hegemônico da Aliança para o Progresso (1961-1971). 2022. 360p

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2013

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes, Campinas*, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.